

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Setor financeiro, varejo e construtoras são apostas na Bolsa	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Um debate de 1 trilhão de equívocos	3
Título: 'Alta do gás faz crescer a revenda clandestina em SP'	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Etanol tenta se integrar ao carro elétrico	6
Título: País não vai perder bonde da tecnologia, diz especialista	8
Título: Empresas querem melhorar rendimento do combustível.....	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Rapidinhas.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: País começa ano com melhor cenário hídrico desde 2012	10
Título: PPSA espera receita de R\$ 300 milhões com negociação de petróleo	13
Título: Curtas	14
Título: Destaques	15
Título: Uso de plásticos avança no mercado de embalagens	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Setor financeiro, varejo e construtoras são apostas na Bolsa**

Eleições devem criar volatilidade no mercado de ações, mas especialistas indicam potencial de alta.

As eleições e as discussões em torno das reformas econômicas serão um fator de estresse para quem investe em ações no Brasil, mas, ainda assim, os estrategistas desse mercado acreditam que a recuperação da economia brasileira vai permitir que o Ibovespa, principal índice do mercado local, alcance ao menos os 90 mil pontos até o final do ano, o que representaria uma valorização de 17,8%. As empresas que mais devem tirar proveito desse movimento são justamente aquelas ligadas à recuperação da atividade econômica: construtoras, siderúrgicas, setor financeiro e varejo.

O que se espera é que inflação sob controle, juros em queda e melhora gradual do mercado de trabalho levem a mais consumo e, com isso, mais lucro para essas empresas, que, no decorrer do ano passado, já foram beneficiadas pela redução dos custos financeiros — a taxa básica Selic chegou a 7% ao ano e deve cair mais um pouco nesse início de ano. (...)

LUCRO MAIOR E MENOS CUSTO FINANCEIRO

Ricardo Peretti, estrategista da Santander Corretora, também acredita em um cenário em que a retomada da economia vai ditar os movimentos do mercado. Com isso, o Ibovespa pode chegar a 90 mil até dezembro.

— No meio do caminho vamos ter muita discussão em torno da reforma da Previdência e das eleições, mas isso não será o norte. O principal ponto será o ritmo de crescimento do lucro das companhias, que já aumentou em 2017 e vai continuar em 2018. As empresas ficaram mais enxutas e eficientes e hoje têm uma despesa financeira menor com os juros mais baixos — avaliou.

Em 2016, o Ibovespa cresceu 26,9% e, no ano anterior, 38,9%.

Entre os setores, o estrategista vê o financeiro como uma boa opção e destaca o Itaú como melhor escolha. No varejo, que já teve uma forte alta no decorrer de 2017, a indicação é a CVC. Para uma posição um pouco mais defensiva, ele sugere empresas com bom fluxo de caixa e que pagam bons dividendos. Nesse caso, cita a distribuidora de energia Equatorial como bom nome.

Na avaliação de Luis Gustavo Pereira, analista-chefe da Guide Investimentos, as aplicações em Bolsa se beneficiam da recuperação da atividade, mas também do setor externo, que está ajudando, uma vez que a economia global vem crescendo, mas com juros em patamares baixos.

— O cenário externo é extremamente benigno e isso já vem há um tempo. No nosso cenário base, o Ibovespa chega a 87,4 mil pontos em dezembro — disse.

A corretora ainda tem dois cenários. No otimista, que considera aprovação das reformas e a vitória de um candidato mais pró-mercado, o índice chegaria aos 99,3 mil pontos. No pior, aos 55,5 mil pontos.

A Coinvalores também vê o Ibovespa acima dos 90 mil pontos. A expectativa é que chegue a 90,7 mil pontos. "Salvo se houver uma catástrofe eleitoral no próximo ano, o cenário para investimentos em renda variável segue favorável para este ano" avaliaram, em relatório, os analistas da corretora. Os papéis de maior potencial de valorização são os de Eletrobras, Copel, Natura e Multiplan. A expectativa é que as empresas que fazem parte do índice tenham um crescimento médio do lucro de 39%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Carlos Rittl

Título: Um debate de 1 trilhão de equívocos

Nas últimas semanas, em três ocasiões diferentes, esta Folha qualificou de "fake news" uma conta divulgada durante a tramitação da Medida Provisória 795 segundo a qual a proposição daria R\$ 1 trilhão em subsídios à indústria do petróleo em 23 anos.

A pressa em desqualificar o número, seu autor e as organizações que o utilizaram na comunicação pública fez o jornal perder de vista o principal ponto da discussão: faz sentido subsidiar a indústria do petróleo?

A MP 795 foi sancionada em 29/12 na forma de uma lei que amplia e estende até 2040 vantagens tributárias para o setor de óleo e gás. Isso ocorreu sem debate público e sem nenhuma estimativa oficial do impacto fiscal no longo prazo. A primeira conta foi apresentada em outubro pelo consultor legislativo da Câmara Paulo César Lima e apontava uma renúncia fiscal potencial superior a R\$ 1 trilhão.

O estudo de Lima foi contestado pelo Ministério da Fazenda, que no entanto não apresentou a própria estimativa. A nota limitou-se a garantir que haveria "aumento de receita". A Folha não questionou.

Em entrevista em 19/12, Lima —que, longe de ser um "consultor obscuro", é um especialista com mais de 15 anos de trabalho só na Petrobras— defendeu sua conta. Ele argumenta que a MP permitirá dupla dedução dos investimentos feitos pelas empresas na infraestrutura de exploração: pelo regime de partilha, hoje elas já descontam esses custos em óleo e, pela nova regra, poderiam abatê-los mais uma vez do lucro líquido.

Outras estimativas sobre a renúncia fiscal foram feitas: cálculo do WWF, usado pelo Observatório do Clima como limite mínimo, fala em R\$ 300 bilhões; a Unafisco corrobora o trilhão e ainda aponta um perdão de R\$ 54 bilhões em dívidas tributárias; a consultoria de Orçamento da Câmara calculou que a MP traria renúncia de R\$ 30 bilhões entre 2018 e 2020.

As contas dependem das premissas. Só que em momento algum o contribuinte, chamado ao sacrifício diariamente por Michel Temer e Henrique Meirelles, foi informado sobre os impactos fiscais da MP.

Em nome do equilíbrio fiscal, o governo congelou os gastos públicos por 20 anos; tentou cancelar o reajuste dos servidores públicos para economizar R\$ 4,4 bilhões, um quarto do que a MP 795 dará às petroleiras apenas em 2018. E tenta convencer os brasileiros de que é preciso mexer em sua aposentadoria para economizar R\$ 480 bilhões.

Potências de dez à parte, por que paparicar o setor de petróleo? Governistas e oposição travaram um debate míope durante a tramitação da proposta no Congresso, uns defendendo os subsídios, outros reclamando da "entrega" do "nosso" pré-sal às "petroleiras estrangeiras".

Enquanto nossos deputados aprovavam a MP, o fundo soberano da Noruega, logo ele, anunciava desinvestimento maciço no setor de óleo e gás. A classe política ainda não processou que o próprio pré-sal, e não quem o extrai, é a premissa a ser questionada.

A crise climática é muito maior que a nossa crise fiscal. Só as reservas conhecidas e estimadas do pré-sal contêm 18% de todo o carbono que a humanidade pode emitir se quiser ficar no limite de 1,5 grau Celsius de aquecimento global. Além disso, as energias renováveis estão ficando cada dia mais competitivas frente aos combustíveis fósseis.

Então, antes de oferecer subsídios bilionários por décadas ao setor de óleo e gás, governo e parlamentares deveriam avaliar com responsabilidade qual o espaço para o pré-sal no mundo de hoje. Não o fizeram. Nem a Folha cobrou.

A indústria fóssil prometeu maravilhas ao Brasil para vir viver aqui seus últimos anos de festa. Estendendo os subsídios até 2040, o governo se casou com a proverbial noiva cadáver. Criou um risco econômico cuja conta será da sociedade. A crise do clima e o declínio do petróleo não são "fake news".

CARLOS RITTL, 48, doutor em biologia tropical e recursos naturais pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), é secretário-executivo do Observatório do Clima

PARTICIPAÇÃO

Para colaborar, basta enviar e-mail para debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: George Aravanis

Título: 'Alta do gás faz crescer a revenda clandestina em SP'

A alta de preços do botijão de gás provocou uma disparada no número de revendas clandestinas sem ponto fixo, comercializando o produto em carros e motos por preço menor que o cobrado em estabelecimentos regulares.

A afirmação é do presidente do Sergás (sindicato dos revendedores de SP), Robson Carneiro dos Santos.

Em dezembro, sete pessoas foram presas em flagrante em Amparo (133 km de SP) pela prática. Foram apreendidos 600 botijões. Os revendedores não tinham autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e usavam veículos para o negócio.

Descontando a inflação, o preço médio do botijão de gás ao consumidor subiu 16,39%, para R\$ 66,53, segundo a ANP.

Para as refinarias, o aumento foi de 67,8%, após mudanças nas regras da Petrobras, que passou a considerar cotações internacionais para definir o valor do botijão. A estatal está revendo essa política.

Segundo Santos, a revenda móvel clandestina cresceu cerca de 30% desde a disparada dos preços. Ele afirma ser difícil fiscalizar a prática.

Muitas vezes, diz, o consumidor não sabe que está comprando um produto clandestino, que potencializa as possibilidades de um acidente -o comércio legalizado precisa seguir uma série de normas que os clandestinos podem simplesmente ignorar.

No Nordeste, tem crescido o número de acidentes com queimaduras por uso de botijões clandestinos ou etanol.

"O cara [clandestino] coloca na caixa de correios o panfletinho, acaba o gás, a dona de casa vê os preços e pede o mais barato, afirma Santos.

Muitos dos clandestinos, diz, compram o produto diretamente de revendedoras.

Compram, com desconto, dezenas de botijões de uma vez e os revendem ao consumidor por valor menor que o praticado nas vendas legais.

No caso de Amparo, segundo o investigador-chefe do SIG (Setor de Investigações Gerais de Amparo), Waldemar Turola Alves Cardoso, os suspeitos compravam um botijão na distribuidora por R\$ 50 e revendiam entre R\$ 68 e R\$ 70, cerca de R\$ 5 abaixo do preço médio da cidade.

A ANP recebeu 580 denúncias sobre vendas clandestinas de julho a novembro de 2017, após a nova política de preços da Petrobras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: Etanol tenta se integrar ao carro elétrico

Indústria e pesquisadores nacionais querem desenvolver tecnologia para que álcool seja usado como fonte para a energia das baterias

Com a intenção do governo de reduzir ou até zerar impostos para carros elétricos e híbridos, a ser oficializada nas próximas semanas, montadoras, autopeças e universidades brasileiras vão intensificar estudos para colocar o

etanol como fonte de geração de energia para baterias. A ideia é juntar as tecnologias e desenvolver carros híbridos flex, para que a energia da bateria seja gerada pelo etanol.

Outra solução é usar o etanol para gerar o oxigênio da célula de combustível que se converte em energia. O argumento é que é uma solução mais viável e mais barata que o carro totalmente elétrico para atender diretrizes contra o aumento da temperatura global da terra – o efeito estufa. Também seria uma ponte até que a tecnologia de modelos 100% elétricos se torne mais acessível, pois o preço atualmente é elevado.

A Toyota prepara, para este trimestre, testes com um Prius híbrido a etanol num percurso de São Paulo a Brasília. O modelo é uma adaptação feita pelos engenheiros do Brasil no carro importado do Japão, que usa gasolina para gerar a eletricidade. “O Brasil tem de liderar o desenvolvimento dessa tecnologia, ainda que precisemos de ajuda da matriz para concretizá-la”, diz Ricardo Bastos, diretor da Toyota.

O percurso de mil quilômetros será feito por técnicos da montadora e de universidades, que vão avaliar o comportamento do carro em situação real. O projeto tem parceria da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). A montadora tem intenção de produzir no País o Prius, hoje vendido a R\$ 120 mil, mas afirma ser necessário escala de produção que viabilize investimentos. Ele também aguarda a definição da política do governo para carros verdes.

Segundo Bastos, a solução que surgir do teste com o Prius poderá ser estendida a outros carros da marca, como Corolla e modelos de luxo da Lexus. A Nissan testou no País, no ano passado, um utilitário a célula de combustível usando etanol misturado à água como gerador da eletricidade. O resultado do teste feito com um NV200, produzido na Espanha, foi enviado à matriz do grupo para avaliar sua viabilidade econômica.

A defesa do etanol tem por base estudos, inclusive internacionais, mostrando que, se for levado em conta o ciclo completo de produção ou geração dos vários combustíveis, o etanol da cana emite menos gases de efeito estufa até mesmo se comparado ao carro 100% elétrico, caso a energia seja gerada por material não reciclável, como carvão (ver quadro).

“O carro elétrico tem emissão zero quando se mede apenas o que sai do escapamento, mas, dependendo do material ou do processo para gerar a energia, o resultado pode ser ineficiente”, afirma o engenheiro Ricardo Abreu, diretor de tecnologia da Mahle. Para ele, o melhor caminho para o Brasil é a hibridização usando combustível renovável (etanol e biocombustível) como ponte até a eletrificação que, diz ele, levará décadas para ser consumada.

“Os países estão optando pela eletricidade porque não têm biocombustíveis, e isso não faz sentido para nós”. Ele lembra ainda que o Brasil já tem infraestrutura para a distribuição do etanol, enquanto para a eletricidade seriam necessários altos investimentos na instalação de pontos de recarga rápida por todo o País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: C.S.

Título: País não vai perder bonde da tecnologia, diz especialista

O professor Francisco Nigro, do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da USP, e vários especialistas defendem uma combinação de tecnologias envolvendo motor de combustão interna, combustíveis renováveis e elétricos, pois todos vão conviver por décadas.

“É uma bobagem dizer que o Brasil ficará para trás tecnologicamente se não acompanhar os países desenvolvidos na eletrificação”, diz Nigro. “Quando essa tecnologia ficar barata e competitiva, nós vamos adotá-la. O que precisamos fazer é aproveitar da melhor maneira possível o que temos, e não simplesmente copiar os outros”, afirma.

“Ainda que carros elétricos se mostrem como a melhor opção para outros países, o etanol tem se mostrado como solução viável para o Brasil”, defende João Emílio Gonçalves, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo dados internacionais, a frota mundial de elétricos e híbridos é de cerca de 3 milhões de veículos. A previsão é que até 2030 chegue a 140 milhões, ou 10% da frota. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: C.S.

Título: Empresas querem melhorar rendimento do combustível

Em relação à gasolina, o rendimento hoje é de 70%, mas o ideal seria chegar a 85%, afirma especialista.

Outra alternativa a ser adotada no País no curto prazo é melhorar a eficiência do motor a etanol para ampliar a diferença de 70% do rendimento em comparação à gasolina, reduzindo ou equiparando a autonomia dos dois tipos de combustível. Já há avanços nesse sentido com o uso de motores pequenos,

com turbo e injeção direta de combustível, mas o máximo que se chegou até agora é uma diferença de 72% em alguns automóveis.

“Um motor muito eficiente deveria atingir 85%, o que chegaria perto de igualar a autonomia entre os dois combustíveis”, afirma Francisco Nigro, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da USP. José Guilherme Baêta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolveu, com sua equipe, um motor movido a etanol com eficiência igual à do diesel e consumo inferior ao da gasolina.

Segundo ele, todo o sistema de combustão foi modificado e o tamanho da câmara de combustível foi reduzido para facilitar a queima do etanol com cargas elevadas. Em breve o motor passará por teste de campo. Consumo. Para atender ao Inovar-Auto, regime automotivo que durou cinco anos e se encerrou em dezembro, as montadoras tiveram de melhorar em 12% a eficiência energética dos automóveis brasileiros.

Seu substituto, o Rota 2030 (ainda não aprovado pelo governo), vai vigorar por 15 anos e ampliará as metas de eficiência em percentuais ainda não divulgados. Empresas que conseguiram melhor a eficiência energética em até 15% obtiveram desconto de 1 ponto percentual do IPI. Para quem atingiu 18%, o desconto foi de 2 pontos.

A indústria automobilística defende que incentivos similares sejam mantidos no Rota 2030, para que as empresas possam investir em pesquisa e desenvolvimento. O Ministério da Fazenda resiste em conceder novos benefícios ao setor e a decisão do tema só deve ocorrer em fevereiro, após a votação da reforma da Previdência.

Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), alerta que, sem investimento em P&D, o etanol não terá futuro. Ele acredita que a eletrificação é um projeto para o futuro, “para daqui 20 ou 30 anos”, e que o etanol e os biocombustíveis são “patrimônio brasileiro e não podem ser desprezados”.

A presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, tem discurso semelhante. Ela ressalta que, hoje, apenas 1% da frota mundial é elétrica, e serão necessários muitos anos para ter volume de veículos suficiente para fazer diferença na questão das emissões. “O Brasil não vai ficar fora do mundo, mas não pode desprezar todo o capital que tem em relação ao etanol e ao biocombustível.”

Importação.

De qualquer forma, a intenção do governo em reduzir o IPI para carros elétricos (de 25% para zero) e híbridos (de 25% para 7% a 9%) vai ampliar a importação e, futuramente, alguns modelos poderão ser produzidos localmente, intenção já divulgada pelo grupo Caoa/Chery.

Entre as empresas que anunciaram planos de importar elétricos estão a General Motors, que trará o Bolt para frota a ser usada em um programa de compartilhamento; e a Nissan, que vai vender localmente a nova geração do Leaf. A BYD já iniciou a importação do sedã e5. /

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios / colunas

Autor: Amauri Segallas

Título: Rapidinhas

A intenção do governo de incentivar a produção de carros elétricos, com a redução do IPI de 25% para 7%, está animando os executivos da hidrelétrica de Itaipu. Não pela perspectiva de aumento da venda de energia, mas pelo fato de a empresa binacional ser uma montadora de carros elétricos – algo que poucos sabem. O chamado Programa Veículo Elétrico (VE) é resultado da parceria entre Itaipu e a Kraftwerke Oberhasli AG, que controla usinas hidrelétricas nos Alpes Suíços. O acordo foi formalizado em maio de 2006, mas engatinhava pela ausência de legislação. Atualmente, Itaipu adapta propulsores elétricos em carros como Palio Weekend, Renault Fluence e BMW i3.

Um grupo de empresários do setor de ônibus está preparando uma ofensiva contra a plataforma de caronas BlaBlaCar, com sede na França e que opera no Brasil há dois anos. A tese do processo será baseada na suposta “concorrência desleal”, assim como ocorre na guerra entre táxi e Uber. O aplicativo tem mais de 50 milhões de usuários no mundo e supera 1,6 milhão de pessoas no Brasil. Por enquanto, o serviço é gratuito. As empresas de ônibus intermunicipais perderam cerca de oito milhões de passageiros no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: País começa ano com melhor cenário hídrico desde 2012

Após um segundo semestre conturbado em 2017, com realização de reuniões extraordinárias do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o ano

de 2018 começa com perspectivas favoráveis com relação ao regime de chuvas, abastecimento e preços de energia. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o volume de chuvas previsto em janeiro para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, é 5% superior à média histórica para o mês. É o melhor indicador para o primeiro mês do ano desde o período pré-crise hídrica, em 2012, quando o volume ficou 16% acima da média histórica.

Especialistas do setor, contudo, estão divididos. A maioria deles, de fato, prevê um período chuvoso, que vai até o fim de março, permitindo uma recuperação do nível dos reservatórios hidrelétricos acima do observado em 2017, reduzindo a pressão sobre os preços de energia e a inflação. Já outros analistas estimam que a situação climática vai se deteriorar já no fim de janeiro, prejudicando a recuperação dos lagos das usinas. Sobre o Nordeste, o consenso é que o cenário ainda é preocupante, com baixo nível de estoque nos reservatórios das usinas.

Com o regime de chuvas favorável no início de janeiro, o ONS prevê uma recuperação mais acentuada do nível de armazenamento dos reservatórios, porém ainda abaixo do ideal, fechando janeiro com 35,9% de estoque nos lagos das usinas do Sudeste/Centro-Oeste, que respondem por mais de 70% da capacidade de acumulação de água para geração de energia do país. O número é ligeiramente inferior ao obtido no fim do primeiro mês de 2017, de 37,33%.

Com o cenário mais tranquilo, alguns especialistas esperam que o nível médio dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste alcance 50% no fim de março, quando termina o período chuvoso, contra 42% em igual período de 2017, o que deve se traduzir em preços mais baixos para a energia. "Se chover na média em fevereiro e março, projetamos terminar março com 50% [de armazenamento]" afirmou Paulo Mayon, diretor do grupo Compass, especializado em comercialização de energia. "São notícias boas para efeito de tarifas, inflação e para quem está contratando energia adicional agora [no mercado livre]", completou ele.

A estimativa da Compass é compartilhada pela Electra Energy. "Enquanto no último período úmido, houve recuperação de apenas 10% no nível dos reservatórios, a tendência para este ano é da ordem de 25%", destacou Sandro Antonio Saggiorato, gerente de Risco de Mercado da companhia.

O quadro de melhora já se reflete nos preços de curto prazo. O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) para esta semana recuou 10% no Sudeste/Centro-Oeste, para R\$ 176,64 por megawatt-hora (MWh), de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"O ano já começa bem melhor que o ano passado. Se o período úmido terminar com os reservatórios do Sudeste em nível próximo de 50% e o cenário de chuvas for mantido, teremos preços baixos. Para fevereiro, a tendência que vemos é preços na casa de R\$ 140/ MWh a R\$ 150/MWh", disse Carlos Caminada, diretor de Inteligência e Risco da Ecom Energia.

A Comerc Energia trabalha com preços para fevereiro em torno de R\$ 135/MWh, caso o volume de chuvas naquele mês do ano fique próximo (96%) da média histórica.

Segundo a consultoria GV Energy, o consumo de energia no país em janeiro deve crescer 1,9% ante igual período de 2017. Ela, porém, ressaltou que historicamente os primeiros meses do ano apresentam maior carga no sistema, devido às elevadas temperaturas. "Caso ocorram temperaturas acima do inicialmente projetado, o consumo do SIN [Sistema Interligado Nacional] pode apresentar uma elevação mais significativa", indicou a GV Energy, em relatório.

O cenário favorável, no entanto, não é consenso no setor. Segundo a diretora de Meteorologia do Instituto ClimaTempo, Patricia Madeira, há uma tendência de redução do volume de chuvas na segunda quinzena de janeiro e na primeira metade de fevereiro, mês considerado fundamental em termos de recuperação do nível dos reservatórios hídricos.

"O que vem acontecendo é uma tendência de formação de bloqueio atmosférico no fim de janeiro e que pode restringir a chuva", disse Patricia. Segundo a especialista, o volume de chuvas previsto para o Sudeste/Centro-Oeste em fevereiro é de 85% da média histórica para o mês.

Também mais pessimista, o diretor da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, entende que a chuva ocorrida até agora não é suficiente para melhorar a situação dos reservatórios, que, em sua opinião, permanecem com níveis baixos. "A perspectiva é que o ano será razoável, nem tão ruim nem tão bom que os reservatórios se recuperem. Isso perpetuará a crise dos reservatórios, não vamos conseguir enchê-los", explicou.

Apesar da melhora recente do volume de chuvas e do nível de armazenamento dos reservatórios do Sudeste, o quadro no Nordeste ainda é preocupante. De acordo com dados do ONS, o volume de chuvas previsto para a região em janeiro é de apenas 42% da média histórica para o mês, fazendo com que os lagos das usinas alcancem apenas 19,6% da capacidade de estoque.

"A região [Nordeste] vai demandar atenção especial do ONS", completou Caminada, da Ecom Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner****Título: PPSA espera receita de R\$ 300 milhões com negociação de petróleo**

Com a permissão para comercializar diretamente a fatia de petróleo da União no pré-sal, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) prevê uma receita de R\$ 300 milhões em 2018 com a venda de petróleo extraído dos campos de Mero (nova denominação de Libra) e Sapinhoá, operados pela Petrobras. A primeira carga retirada de Mero está prevista para o primeiro trimestre e a expectativa da PPSA é de obter R\$ 70 milhões líquidos com a venda de petróleo, segundo informou o presidente da PPSA, Ibsen Flores Lima.

O preço já considera o pagamento de impostos e outros custos. A União também terá direito a retirar 130 mil barris de petróleo do campo de Sapinhoá, o que deve lhe render em torno de R\$ 20 milhões este ano.

Segundo Lima, a primeira carga de óleo da PPSA no campo de Mero é de 500 mil barris e deve ser retirada entre o fim de março e o início de abril, sendo que a primeira retirada será da Petrobras.

A venda deve ser feita para um dos sócios de Mero - Petrobras, Shell, Total, CNPE ou CNOOC - e não por meio de leilão na B3. Os sócios de Sapinhoá são a Petrobras, Shell e Repsol.

"O leilão é para o médio prazo. No curtíssimo prazo, a ideia é fazer uma tomada de preço com os sócios, que são as empresas que têm a logística adequada", afirmou Lima. "Não seria através da B3 ainda porque para operacionalizar isso demora algum tempo. Com a B3, vai ser da mesma forma, mas outras empresas poderão se habilitar, desde que tenham a logística adequada, que são os navios de posicionamento dinâmico para fazer a retirada do petróleo", explicou.

A disponibilidade de navios com posicionamento dinâmico é necessária porque é preciso encostar na plataforma com muito cuidado para extrair o petróleo durante o carregamento, já que o comprador terá que retirar a carga em alto mar. Segundo o presidente da PPSA, os contratos desse tipo de navio são de prazos mais longos e disponíveis pelas empresas que já fazem esse tipo de operação no Brasil. É o caso da Petrobras e sócias, que podem retirar sua parte na produção dos campos e exportar em seguida.

Para 2019, a expectativa da PPSA é obter R\$ 400 milhões com a venda de 2,6 milhões de barris de petróleo produzido no pré-sal. Os cálculos consideram o preço de US\$ 50 por barril de petróleo.

Segundo a projeção da empresa, em 2019 a União terá direito a cerca de 1 milhão de barris extraídos de Mero, 1,5 milhão de barris de Tartaruga Verde e cerca de 100 mil barris de Sapinhoá. O volume menor projetado para Mero, segundo Lima, deve-se ao sistema itinerante de produção, que troca a localização dos poços produtores durante a fase de testes.

A previsão é de que o sistema definitivo de Mero só entrará em produção em 2021, quando for instalada plataforma de 180 mil barris por dia recentemente contratada pelo sistema de afretamento junto com a Modec. É quando a fatia de óleo da União começará a aumentar.

As estimativas da PPSA levam em conta projeções para o preço de referência da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que podem ou não se realizar, já que o regulador calcula o valor de referência com base na qualidade do petróleo extraído de cada campo e na cotação internacional, entre outras variáveis.

Os procedimentos para a venda direta de petróleo pela estatal foram detalhados na Portaria nº 3, editada pelo Ministério de Minas e Energia no dia 3 de janeiro e válida até 31 de dezembro de 2018. A portaria também autoriza que a PPSA seja o agente comercializador do petróleo da União o que antes não era previsto na Lei nº 12.204, de 2010.

A lei prevê que a PPSA deve monitorar e auditar as operações de venda, assim como os custos e os preços de venda do petróleo e gás, o que na prática implicava na exigência dos compradores terem que informar sobre os preços finais, o que não despertou interesse de nenhuma companhia. O tema agora é tratado no texto da Medida Provisória 811 de 2017, que está em fase de tramitação.

A PPSA tem previsão de contratar 15 funcionários em 2018, que já estão em processo de admissão. A empresa estatal criada para representar a União nos contratos de partilha para exploração do pré-sal tem atualmente 30 empregados. O estatuto da empresa prevê que tenha no máximo 150 funcionários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Mudanças na Chesf

A Chesf convocou seus acionistas para uma assembleia geral extraordinária, no dia 19 deste mês, para discutir a reforma integral de seu estatuto social. O objetivo, segundo a companhia, é ajustar o estatuto à Lei das Estatais, aprimorando as práticas de governança corporativa, segundo as orientações da Eletrobras. Entre as mudanças propostas está um dispositivo que autoriza a Chesf a mover ação de responsabilidade civil contra administradores em caso de prejuízo ao seu patrimônio. A reforma propõe também a exclusão da exigência de que os conselheiros sejam acionistas da companhia. O diretor-presidente não poderá mais ocupar também o cargo de presidente do conselho de administração.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Eletrobras aponta risco

A Eletrobras apontou o risco de perder até R\$ 12,4 bilhões com as suas distribuidoras, dependendo do resultado do processo de fiscalização que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está conduzindo nos valores que as concessionárias receberam dos fundos setoriais entre 2009 e 2016. No manual de convocação da assembleia geral extraordinária (AGE), que examinará a proposta de venda das seis distribuidoras, marcada para 8 de fevereiro, a Eletrobras propôs a assunção de cerca de R\$ 11,3 bilhões em dívidas das empresas. Além disso, prevê a assunção de cerca de R\$ 8,5 bilhões em créditos no fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os acionistas vão discutir e votar se aprovam a venda das distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Ceal, Cepisa, Ceron e Eletroacre.

Entendimento diferente

O problema é que, enquanto a Eletrobras entende ter R\$ 8,5 bilhões a receber, a Aneel indicou, na fiscalização, que a companhia tem um passivo de R\$ 4 bilhões com a CDE. Se esse entendimento prevalecer, a Eletrobras poderá acarretar a perda de até R\$ 12,4 bilhões, com a potencial baixa do crédito e registro do passivo. Por esse motivo, a administração da estatal deixou para a deliberação da AGE decidir se a Eletrobras deverá ou não assumir os créditos das distribuidoras e, em contrapartida, também as obrigações destas com terceiros em montante equivalente, assumindo o risco de uma decisão definitiva desfavorável da Aneel.

Menos sondas de petróleo

Petroleiras americanas reduziram o número de sondas de perfuração em operação na semana passada pela primeira vez em três semanas, mesmo com os preços do petróleo operando próximos do maior nível desde meados de 2015, informou a Reuters. As empresas reduziram o número de sondas ativas em cinco unidades na semana fechada em 5 de janeiro, levando a contagem total para 742, informou a empresa de serviços de energia Baker Hughes, da GE, em relatório divulgado na sexta-feira. Nas duas semanas anteriores as petroleiras não haviam nem adicionado e nem retirado sondas de atividade. O número de sondas ativas nos EUA, um indicador da produção futura, ainda assim está bem superior ao nível visto há um ano atrás, quando apenas 529 unidades estavam em operação, após as empresas impulsionarem planos de investimento em 2017 em meio ao início da recuperação dos preços do petróleo.

Minério mantém alta

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao encerrou a semana com alta de 0,34%, a US\$ 76,80 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A referência é o produto com teor médio de 62% de ferro. É a quarta alta consecutiva da commodity desde o início de 2018, atingindo a maior cotação desde 6 de setembro do ano passado. Na semana, o minério acumula valorização de 5,77%. No mercado futuro, os contratos para maio do minério caíram 0,1% na bolsa de Dalian, para 538,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina quente recuaram 0,67%, para 3.842 yuans a tonelada, na bolsa de Xangai.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Uso de plásticos avança no mercado de embalagens

A despeito dos esforços crescentes, especialmente por parte dos ambientalistas, para conter o avanço do uso do plástico e da maior conscientização para a sustentabilidade, a demanda desse tipo de material para a confecção de embalagens segue em alta ao redor do mundo. Flexibilidade da matéria-prima, mudança nos hábitos de compra e queda do preço do petróleo, que faz do plástico um produto economicamente competitivo, têm impulsionado seu consumo. No Brasil, um terço do mercado tem origem nessa matéria-prima.

Um estudo da inglesa L.E.K. Consulting que analisa tendências nessa área mostra que, de 2012 a 2017, o mercado mundial de embalagens exibiu taxa de crescimento anual composta de 3,4% ao ano, para US\$ 910 bilhões neste ano. Nos Estados Unidos, um dos maiores consumidores mundiais de embalagens, a alta foi de 4,2%, enquanto no Brasil a expansão chega a 6,2% ao ano. "Esse é um mercado bastante resiliente, que tem atraído a atenção de investidores de private equity", diz Paulo Vandor, sócio da consultoria no Brasil.

Por aqui, os principais motores do avanço nos últimos anos foram justamente as embalagens de plástico rígido - que correspondem à maior fatia do mercado de embalagens - e as de plástico flexível, com altas de 6,7% e 8,5% ao ano, respectivamente.

No mercado de rígidos, cujo crescimento projetado para o intervalo 2017-2022 é de 2,2% ao ano, alimentos, bebidas e cosméticos correspondem aos maiores consumidores. Em flexíveis, alimentos são de longe o principal destino dessas embalagens no país e a tendência é de ganho de participação nos próximos cinco anos, em linha com a tendência global, conforme Vandor.

Conforme o estudo, de maneira geral, o consumo de embalagens tem sido impulsionado por ao menos seis fatores - e as indústrias consumidoras gastam mais por isso, embora no preço final o aumento seja relativamente pequeno. O primeiro desses fatores é o aumento do número de itens (SKU, no jargão do varejo e da logística) ofertados. Se há maior variedade de itens, há também maior consumo de embalagens diferentes.

Do total de R\$ 60 bilhões no Brasil em 2017, área industrial e transportes é o principal mercado, com R\$ 28 bilhões

O segundo fator é o crescimento da atividade promocional, que foi afetada no país durante a crise econômica, mas já mostra sinais de recuperação. Além disso, marcas locais ou regionais têm mostrado força crescente, garantindo a fragmentação dos respectivos mercados e maior diversificação da oferta. Seguindo o mesmo racional, há expansão do portfólio de marcas próprias, com embalagens também próprias.

Do ponto de vista tecnológico, o lançamento mais acelerado de diferentes unidades (as SKUs) faz com que os ciclos de produção de embalagens tenham de ser cada vez mais curtos e rápidos - com maior ritmo de produção. Por fim, a consultoria aponta que está em curso um movimento de expansão das linhas premium de produtos, o que também afeta o que o empacota. Além disso, o avanço do comércio eletrônico contribui para o consumo crescente de embalagens.

Segundo o estudo, o mercado brasileiro de embalagens mostra tendências bastante parecidas às verificadas nos Estados Unidos. Mas há ao menos uma particularidade relevante que nos diferencia dos americanos, além obviamente do tamanho do negócio. No país, o principal destino dos invólucros ainda é o segmento industrial e de transportes, com R\$ 28 bilhões dos R\$ 60 bilhões do mercado total estimado para 2017.

No mercado americano, alimentos já são o principal segmento usuário de embalagens, com US\$ 68 bilhões dos US\$ 196 bilhões estimados para o mercado total neste ano, frente a US\$ 60 bilhões de industrial e transportes.

De acordo com Vandor, essa diferença se deve à alta concentração das indústrias de bens de consumo no Sudeste e Sul do Brasil, o que demanda gastos superiores com embalagem para movimentação dos produtos até o consumidor final de outras regiões do país. Diante disso, e do tempo e dos investimentos necessários para uma mudança estrutural, é improvável que o segmento industrial e de transportes tenha participação decrescente no mercado brasileiro de embalagens nos próximos anos.

Ao mesmo tempo, a aplicação de plásticos para embalar produtos também seguirá em alta no Brasil. Conforme a L.E.K., o crescimento, por si só, do mercado e a tendência de lançamento de novos itens sustentam essa projeção. No ano passado, embalagens de plástico devem ter representado pouco mais de 40% do mercado nacional, com R\$ 25 bilhões, seguidas de papelão, com R\$ 14 bilhões.

MME / ASCOM .